

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.196, DE 2005

Introduz alteração no artigo 396 da
Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Autora: Deputada Laura Carneiro

Relatora: Deputada Celcita Pinheiro

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei propõe estender às mães adotantes o direito a dois descansos de meia hora, durante a jornada de trabalho, até que seus filhos completem seis meses de idade.

Na exposição de motivos do projeto, a Autora justifica que tal descanso, além de possibilitar a amamentação, proporciona também que a mãe dispense os vários outros cuidados de que necessita a criança.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a respeito de sua constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a análise da proposição do ponto de vista sanitário e quanto ao mérito. Eventuais



9AA36F5550

ponderações acerca da redação ou da técnica legislativa deverão ser apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto em tela reveste-se de evidente caráter social e de justiça. De fato, o filho menor de seis meses de idade demanda de sua mãe atenção constante, seja ele biológico ou adotado. Não apenas o aleitamento materno justifica o direito a tais descansos; a criança necessita vários outros cuidados maternos.

Ainda mais, o filho adotado, nos primeiros meses de vida, provavelmente manifestará necessidades de afeto ainda maiores que aquelas expressas pelo filho biológico. O tempo de convivência é menor, uma vez que não houve o período de gestação, assim sendo, essa criança necessita da presença de sua mãe pelo maior tempo possível. A lei há que garantir esse direito, tão fundamental, às crianças brasileiras.

A garantia do benefício às mães adotantes proporcionará melhores condições a essas mulheres no cumprimento de seus papéis de mãe e cuidadora. Trata-se, na verdade, de um direito de cidadania assegurado às mães biológicas; não há motivos para sua não extensão às adotantes.

Pelo acima, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.196, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada Celcita Pinheiro
Relatora

